



Simulado Final

PGE RN

Analista Jurídico

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **PGE-RN**, cargo de **Analista Jurídico**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/51DYp24DPdp3382e9>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/3RLZPft>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato***Texto para responder às questões**

A transformação digital das organizações, acelerada pela adoção de tecnologias emergentes como inteligência artificial, big data e computação em nuvem, redefiniu fundamentalmente os contornos da responsabilidade jurídica corporativa. Em um ambiente cada vez mais regulado, a governança digital consolidou-se como eixo central das estratégias de compliance e de gestão de riscos jurídicos.

A promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a vigência do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados na União Europeia, o Marco Civil da Internet e a tramitação do PL 2338/2023, que cria o Marco Legal da Inteligência Artificial no Brasil, evidenciam a multiplicidade de normas com impacto direto sobre a operação de empresas que coletam, armazenam, processam ou compartilham dados e conteúdos digitais.

Nesse novo cenário, a governança digital transcende a adoção de boas práticas de tecnologia da informação. Trata-se de uma exigência jurídica estruturada, com implicações diretas na responsabilidade objetiva e subjetiva de controladores e operadores de dados, desenvolvedores de tecnologia e prestadores de serviços digitais.

O princípio da accountability, positivado no artigo 6º, inciso X, da LGPD e no artigo 5º do GDPR, ilustra essa evolução normativa. A demonstração documental de conformidade, a realização de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD) e a implementação de medidas preventivas tornaram-se deveres jurídicos com consequências patrimoniais concretas.

A materialidade desse risco é confirmada por dados recentes e precedentes jurisprudenciais consolidados. O relatório "IBM Cost of a Data Breach" de 2024 aponta que o custo médio global de um incidente de violação de dados alcançou US\$ 4,45 milhões, com o Brasil registrando impactos superiores a R\$ 8 milhões por evento.

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) já instaurou diversos processos sancionatórios, aplicando medidas como advertências, bloqueio e eliminação de dados, além de multas com base no artigo 52 da LGPD. Destacam-se as sanções aplicadas ao Serasa (Processo 00261.000047/2021-74, multa de R\$ 6 milhões) e aos Correios (Processo 00261.000179/2022-52, multa de R\$ 1,8 milhão).

No campo da segurança da informação, a inércia corporativa tem gerado responsabilizações judiciais com fundamento no Código Civil Brasileiro, especialmente com base no artigo 927, que trata da responsabilidade objetiva em atividades de risco.

O Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que o dever de guarda e proteção de dados constitui obrigação decorrente do dever geral de cuidado, conforme precedentes do REsp 1.408.123/SP (relatora, ministra Nancy Andrighi, julgado em 2014) e REsp 1.629.255/MG (relator, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 2017).

Ante o exposto, a capacidade das organizações de implementar uma governança digital robusta e juridicamente sustentável será decisiva para assegurar não apenas a conformidade normativa, mas a própria continuidade de suas atividades no ambiente digital contemporâneo. O jurídico corporativo, diante desse novo contexto regulatório, precisa abandonar uma postura reativa e assumir protagonismo na estruturação de políticas internas, cláusulas contratuais e frameworks de compliance voltados à mitigação de riscos tecnológicos.

Adaptado de <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/desafios-da-governanca-juridica-digital-nas-corporacoes>>

1. De acordo com o texto, a governança digital no contexto atual das organizações:
 - a) Restringe-se à implementação de protocolos de segurança da informação e boas práticas de TI.
 - b) Constitui um desdobramento facultativo das estratégias de compliance, visando à redução de custos operacionais.
 - c) Configura-se como uma imposição de ordem jurídica que impacta a responsabilidade civil de diversos agentes no ecossistema digital.
 - d) Teve sua importância relativizada após a consolidação de precedentes jurisprudenciais do STJ sobre o dever de cuidado.
 - e) Substitui a necessidade de frameworks de compliance tradicionais, focando exclusivamente na mitigação de riscos tecnológicos.
2. Infere-se da leitura do texto que o princípio da *accountability*:
 - a) Isenta as empresas de multas pecuniárias, desde que apresentem relatórios de impacto (RIPD).
 - b) Transfere o ônus da prova da conformidade para o titular dos dados pessoais.
 - c) Exige uma postura proativa das organizações na produção de evidências de que as normas de proteção de dados estão sendo cumpridas.
 - d) Aplica-se exclusivamente às empresas que operam sob a égide do PL 2338/2023 (Marco Legal da IA).
 - e) Limita a responsabilidade dos controladores de dados aos incidentes que gerem danos patrimoniais superiores a US\$ 4,45 milhões.
3. Assinale a alternativa em que a concordância está em conformidade com a norma-padrão.
 - a) Devem haver, no jurídico corporativo, iniciativas que visem a mitigação de riscos.
 - b) Fazem dez anos que o STJ consolidou o entendimento sobre o dever geral de cuidado.
 - c) A multiplicidade de normas e a tramitação de novos projetos de lei exige atenção das empresas.
 - d) Já foram instaurados, pela ANPD, diversos processos sancionatórios contra empresas públicas.
 - e) É necessário a demonstração documental de conformidade para evitar as sanções da LGPD.
4. No trecho "...a tramitação do PL 2338/2023, **que** cria o Marco Legal da Inteligência Artificial no Brasil...", o termo destacado exerce a mesma função sintática que em:
 - a) É fundamental **que** as empresas adotem estratégias de compliance.
 - b) O relatório aponta **que** o custo médio de violação de dados aumentou.
 - c) Os precedentes **que** o STJ consolidou tratam do dever de cuidado.
 - d) A ANPD informou **que** aplicaria multas baseadas na LGPD.
 - e) Os dados evidenciam **que** a multiplicidade de normas impacta a operação.
5. Com base no texto, a materialidade dos riscos jurídicos digitais no Brasil é demonstrada por:
 - a) Custos de violação de dados que superam a média global de US\$ 4,45 milhões.
 - b) Sanções aplicadas pela ANPD que já somam mais de R\$ 100 milhões em multas.
 - c) Precedentes do STJ que isentam empresas de responsabilidade objetiva.
 - d) Impactos financeiros superiores a R\$ 8 milhões por incidente de violação.
 - e) Punições aplicadas exclusivamente a empresas privadas de grande porte.

HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Marco Túlio

6. A ocupação colonial do Rio Grande do Norte foi marcada por dificuldades administrativas, conflitos com povos indígenas e pela gradual estruturação de atividades econômicas. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

I. A resistência dos povos indígenas conhecidos como tapuias às frentes de expansão colonial nos sertões do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará ficou conhecida como Guerra dos Bárbaros pelas autoridades coloniais da época.

II. A Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande, criada durante a União Ibérica, foi o principal órgão responsável pela regulamentação do comércio e pela emissão de licenças para o exercício de ofícios mecânicos na Capitania.

III. O donatário João de Barros nunca tomou posse presencial da Capitania do Rio Grande, tendo sua exploração econômica sido conduzida indiretamente por um procurador, que arrendava trechos do território para a extração de pau-brasil.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

7. Em relação à Revolução de 1930 e seus desdobramentos no Rio Grande do Norte, assinale a opção correta.

- a) A vitória obtida pela Aliança Liberal no estado refletiu a força da oposição organizada em torno de Café Filho, que havia retornado ao Rio Grande do Norte para coordenar a campanha de Getúlio Vargas.
- b) A deposição de Juvenal Lamartine foi conduzida por forças militares locais, mobilizadas por lideranças cafeístas do interior que mantiveram um movimento coordenado antes mesmo de 1930.
- c) Após a deposição de Lamartine, Juarez Távora indicou Café Filho para o governo provisório do estado, reconhecendo sua liderança popular junto aos trabalhadores urbanos de Natal.
- d) A formação da Junta Governativa Militar Provisória resultou de um acordo entre Café Filho e as lideranças liberais do estado, que aceitaram dividir os cargos do governo provisório em condições igualitárias.
- e) O nome de Café Filho para o governo provisório foi vetado pelo núcleo revolucionário nordestino, que preferiu a formação de uma junta militar a permitir que a liderança cafeísta assumisse o controle do estado.

ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RIO GRANDE DO NORTE (LEI ESTADUAL Nº 8.584/2004)

Priscila Lima

8. O Projeto de Integração do Rio São Francisco tem como um de seus objetivos ampliar a segurança hídrica em áreas do semiárido nordestino. Em 2022, o Governo Federal anunciou a liberação das águas do Eixo Norte para o Rio Grande do Norte, permitindo o reforço do abastecimento de reservatórios estratégicos do estado e ampliando a disponibilidade hídrica para diferentes usos econômicos. Em um território marcado por irregularidade pluviométrica, a oferta de água influencia diretamente atividades produtivas que dependem de irrigação e planejamento agrícola.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional. Água do São Francisco no Rio Grande do Norte: liberação começou nesta terça-feira (5). Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/agua-do-sao-francisco-no-rio-grande-do-norte-liberacao-comecou-nesta-terca-feira-5>

Considerando a organização territorial da fruticultura irrigada no Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta.

- a) A produção comercial de frutas concentra-se principalmente no litoral oriental do estado, onde a maior disponibilidade natural de chuvas favorece cultivos de melão, melancia, manga e mamão voltados predominantemente ao mercado regional.
- b) Os principais polos frutícolas localizam-se no Seridó e no Alto Oeste, onde a produção dos chamados "4 Ms" ocorre majoritariamente em sistemas de sequeiro destinados ao abastecimento do mercado interno nordestino.
- c) A fruticultura irrigada destaca-se em áreas do Vale do Açu e da Chapada do Apodi, com forte presença de melão, melancia, manga e mamão, articulando sistemas tecnificados de irrigação e mercados consumidores nacionais e internacionais.
- d) A produção de frutas concentra-se sobretudo na Costa Branca, aproveitando a infraestrutura das salinas e dos terminais salineiros para escoar

culturas permanentes voltadas principalmente ao mercado asiático.

- e) O desenvolvimento da fruticultura irrigada ocorreu de forma relativamente homogênea pelo território estadual, permitindo que todas as regiões do RN apresentassem especialização semelhante na produção de frutas para exportação.

9. Em 2025, o IBAMA concedeu a primeira licença prévia do Brasil para um projeto de geração eólica offshore no litoral do Rio Grande do Norte. O fato ocorreu em um estado que já ocupa posição de destaque na geração de eletricidade a partir dos ventos e que vem atraindo investimentos associados à transição energética, incluindo projetos relacionados ao hidrogênio verde, à ampliação da infraestrutura portuária e à expansão das redes de transmissão.

Fonte: IBAMA. *Ibama emite 1ª Licença Prévia para projeto eólico offshore no Brasil*. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2025/ibama-emite-1a-licenca-previa-para-projeto-eolico-offshore-no-brasil>

Considerando a organização territorial da geração eólica no Rio Grande do Norte e seus efeitos econômicos, assinale a alternativa correta.

- a) A expansão da energia eólica consolidou investimentos em municípios do litoral norte e do interior próximo, sendo impulsionada pelos ventos favoráveis; entretanto, a disponibilidade de áreas para novos parques é atualmente um fator mais relevante que a infraestrutura de transmissão para a expansão do setor.
- b) Os parques eólicos contribuíram para ampliar receitas municipais e atrair investimentos privados em diferentes regiões do estado; contudo, a principal limitação à expansão futura da atividade está relacionada à redução da velocidade média dos ventos observada nas áreas produtoras.
- c) A liderança potiguar na geração eólica resulta da combinação entre condições naturais favoráveis e investimentos em infraestrutura; porém, a atividade permanece pouco articulada a novos projetos econômicos ligados à transição energética e à produção industrial.
- d) O crescimento da geração eólica fortaleceu a economia de diversos municípios e ampliou a participação das fontes renováveis na matriz elétrica; entretanto, a atividade apresenta reduzida integração com outras cadeias econômicas relevantes do estado.

e) A geração eólica destacou municípios como Serra do Mel, João Câmara e Parazinho, ampliando investimentos e arrecadação local; ao mesmo tempo, sua expansão depende tanto do potencial dos ventos quanto da capacidade de transmissão e da integração ao sistema elétrico nacional.

10. Dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS/IBGE) indicam que as atividades turísticas do Rio Grande do Norte cresceram acima da média nacional, contribuindo para o avanço do setor de serviços e para a dinamização da economia estadual. O aumento do fluxo de visitantes e dos gastos turísticos tem impactado diferentes regiões do estado, fortalecendo atividades ligadas à hospedagem, alimentação, transporte e lazer.

Fonte: Governo do Rio Grande do Norte. *Turismo do RN cresce o dobro da média nacional e impulsiona setor de serviços*. Disponível em: <https://www.rn.gov.br/materia/turismo-do-rn-cresce-o-dobro-da-media-nacional-e-impulsiona-setor-de-servicos/>

Considerando a organização territorial do turismo no Rio Grande do Norte e seus efeitos econômicos, assinale a alternativa correta.

- a) O crescimento do turismo no estado tem fortalecido atividades de hospedagem, alimentação e transporte em municípios como Natal, Tibau do Sul e São Miguel do Gostoso, ampliando a participação do setor de serviços na geração de renda e empregos.
- b) A expansão recente do turismo potiguar está associada principalmente à consolidação de roteiros vinculados à mineração, permitindo que municípios do Seridó passassem a concentrar a maior parte da movimentação econômica do setor.
- c) O aumento do fluxo turístico tem ampliado a demanda por serviços em diferentes regiões do estado, embora os investimentos públicos e privados permaneçam concentrados quase exclusivamente em equipamentos de transporte aéreo.
- d) A relevância econômica do turismo decorre principalmente da arrecadação direta gerada pelos atrativos naturais, possuindo efeitos limitados sobre atividades como comércio, alimentação, transporte e hospedagem.
- e) O avanço das atividades turísticas no estado está relacionado principalmente à ampliação do turismo corporativo e de negócios, que responde pela maior parcela da movimentação econômica do setor em municípios potiguares.

INFORMÁTICA BÁSICA

Emannuelle Gouveia

11. Um data warehouse é utilizado pelas organizações para apoiar análises e tomadas de decisão a partir de grandes volumes de dados provenientes de diferentes fontes. Sobre esse conceito, assinale a alternativa correta.
- a) É um sistema voltado exclusivamente ao armazenamento de arquivos multimídia, como imagens e vídeos.
 - b) Tem como principal finalidade executar transações operacionais do dia a dia, como cadastros e vendas em tempo real.
 - c) Armazena apenas dados não estruturados, dispensando processos de integração.
 - d) Reúne dados de diversas fontes em um repositório centralizado para consulta e análise de informações.
 - e) Substitui completamente os bancos de dados utilizados pelos sistemas operacionais da organização.
12. No Windows 10 e no Windows 11, o Histórico de Confiabilidade é uma ferramenta utilizada para acompanhar eventos relacionados à estabilidade do sistema. Sobre essa funcionalidade, assinale a alternativa correta.
- a) Permite visualizar um histórico de falhas, erros, atualizações e eventos que podem afetar a estabilidade do Windows ao longo do tempo.
 - b) Permite alterar a prioridade de execução dos processos em segundo plano para melhorar o desempenho do sistema.
 - c) Possibilita configurar permissões de acesso a arquivos e pastas armazenados no computador.
 - d) Permite criar e gerenciar contas de usuários locais e grupos de segurança.
 - e) Possibilita monitorar, em tempo real, o tráfego de rede de cada aplicativo instalado no sistema.

13. Em uma planilha do Microsoft Excel, uma empresa deseja calcular o valor total das vendas realizadas apenas pelos vendedores da equipe "Norte". Para isso, possui uma coluna com o nome da equipe e outra com os valores das vendas. Qual função é mais adequada para somar apenas os valores que atendem a esse critério?

- a) CONT.SE
- b) SOMASE
- c) MÉDIA
- d) SOMA
- e) MÁXIMO

14. Uma organização adotou uma política segundo a qual os arquivos de trabalho devem ser copiados regularmente para um local diferente do computador utilizado pelos usuários. O principal objetivo desse procedimento é:

- a) Aumentar a velocidade de acesso aos arquivos mais utilizados.
- b) Possibilitar a recuperação das informações em caso de perda, falha ou incidente de segurança.
- c) Impedir que os arquivos sejam compartilhados pela rede corporativa.
- d) Eliminar a necessidade de utilização de antivírus nos computadores da organização.
- e) Garantir que todos os arquivos armazenados estejam criptografados.

15. Uma empresa utiliza técnicas de analytics para apoiar suas decisões de negócio. Em determinado projeto, foram analisados dados históricos de vendas para estimar a demanda dos próximos meses. Esse tipo de análise é classificado como:

- a) Analytics descritiva, pois resume eventos passados sem gerar previsões.
- b) Analytics diagnóstica, pois identifica exclusivamente as causas de problemas ocorridos.
- c) Analytics operacional, pois executa automaticamente as vendas futuras.

- d) Analytics prescritiva, pois determina diretamente a ação que deve ser tomada pela empresa.
- e) Analytics preditiva, pois utiliza dados históricos para estimar eventos ou resultados futuros.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Rodrigo Bet

16. De acordo com a Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, a lei coíbe a discriminação política e o favorecimento de partidos ou grupos políticos pelo Estado, autoridades ou servidores estaduais, assegurando ao prejudicado, pessoa física ou jurídica:

- a) indenização automática por dano moral coletivo, independentemente de comprovação do prejuízo.
- b) direito de representação diretamente ao Tribunal de Justiça, sem necessidade de procedimento administrativo.
- c) prioridade no atendimento perante órgãos públicos estaduais e municipais.
- d) os meios necessários e adequados à recomposição do tratamento igual para todos.
- e) o afastamento imediato da autoridade ou servidor responsável pelo ato discriminatório.

17. De acordo com a Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, o processo legislativo estadual compreende a elaboração dos atos abaixo, exceto:

- a) portarias.
- b) emendas à Constituição.
- c) leis complementares.
- d) leis ordinárias.
- e) decretos legislativos.

18. De acordo com a Lei Estadual nº 11.109/2022, para os efeitos da referida Lei, assinale a parcela que integra a base de contribuição previdenciária:

- a) adicional permanente de caráter individual.
- b) diárias de viagem.
- c) ajuda de custo em razão de mudança de sede.
- d) indenização de transporte.
- e) auxílio alimentação.

19. De acordo com a Lei Complementar nº 739/2023, que trata do Sistema de Assessoramento Jurídico Estadual, não poderá concorrer à promoção por merecimento o Analista Jurídico que:

- a) possuir curso de aperfeiçoamento na área jurídica.
- b) estiver afastado de suas funções em razão do exercício de cargo eletivo.
- c) estiver em efetivo exercício no órgão de lotação.
- d) não tiver recebido punição no período imediatamente anterior à vaga.
- e) exercer regularmente as atribuições do cargo.

20. De acordo com a Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, cabendo ao Estado, no âmbito de sua competência:

- a) restringir o livre exercício de atividade econômica sempre que houver interesse administrativo.
- b) explorar diretamente atividade econômica em qualquer hipótese.
- c) dispensar consulta às entidades de classe interessadas nos casos de intervenção na economia.
- d) exigir autorização prévia de órgãos públicos para o livre exercício de toda e qualquer atividade econômica.

e) adotar as medidas necessárias à efetivação da ordem econômica, de modo a assegurar sua realização no âmbito de sua competência.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. A respeito da aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) As normas constitucionais de eficácia plena dependem de lei integrativa para produzir efeitos essenciais, embora possam irradiar eficácia mínima desde a promulgação da Constituição.
- b) As normas constitucionais de eficácia contida possuem aplicabilidade imediata, mas admitem restrição posterior por norma infraconstitucional ou por conceitos jurídicos previstos na própria Constituição.
- c) As normas constitucionais de eficácia limitada são desprovidas de juridicidade enquanto não editada a lei regulamentadora, razão pela qual não vinculam os poderes públicos.
- d) As normas programáticas não possuem força normativa direta e funcionam apenas como diretrizes políticas, sem aptidão para controlar atos administrativos ou legislativos.
- e) As normas definidoras de direitos fundamentais são sempre classificadas como normas de eficácia plena, sendo incompatível sua sujeição a conformação legislativa.

22. Acerca do habeas corpus, assinale a alternativa correta.

- a) O habeas corpus é cabível para proteger qualquer direito líquido e certo violado por autoridade pública, desde que não haja recurso administrativo com efeito suspensivo.
- b) O habeas corpus pode ser impetrado por qualquer pessoa, mas exige demonstração de capacidade postulatória quando manejado em favor de terceiro.
- c) O habeas corpus preventivo pressupõe ameaça concreta à liberdade de locomoção, podendo resultar na expedição de salvo-conduto em favor do paciente.
- d) O habeas corpus é cabível contra punição disciplinar militar sempre que houver discussão sobre o mérito administrativo da sanção aplicada.
- e) O habeas corpus substitui o mandado de segurança quando o ato impugnado afetar indiretamente a esfera jurídica do paciente.

23. À luz da CF/1988 e da jurisprudência do STF sobre processo legislativo estadual, assinale a alternativa correta.

- a) As normas básicas do processo legislativo federal não vinculam os Estados, pois cada Constituição estadual disciplina livremente a iniciativa legislativa.
- b) A sanção do governador supre vício de iniciativa em projeto reservado ao chefe do Poder Executivo, desde que não haja aumento de despesa.
- c) A reserva de iniciativa prevista na CF/1988 deve ser observada pelos Estados, por decorrer do princípio da simetria.
- d) A Constituição estadual pode ampliar, por autonomia organizatória, as hipóteses de iniciativa privativa do governador.
- e) A emenda parlamentar é vedada em projeto de iniciativa reservada, ainda que guarde pertinência temática.

24. No âmbito dos mecanismos de freios e contrapesos, assinale a alternativa correta.

- a) A separação dos Poderes impede que o Legislativo controle atos normativos do Executivo, ainda que haja extrapolação do poder regulamentar.
- b) O controle judicial de políticas públicas é vedado em razão da discricionariedade administrativa e da reserva de atuação dos Poderes políticos.
- c) A convocação de ministro de Estado por casa legislativa depende de autorização prévia do chefe do Poder Executivo, sob pena de violação à separação dos Poderes.
- d) A sustação de atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar constitui instrumento de controle político exercido pelo Congresso Nacional.
- e) A nomeação de ministro do Supremo Tribunal Federal é ato exclusivo do presidente da República, sem participação de outro Poder no procedimento.

25. Acerca do exame abstrato da constitucionalidade de proposições legislativas ainda em tramitação, assinale a alternativa correta.

- a) É admissível ADI contra projeto de lei quando houver relevante controvérsia constitucional e risco de aprovação iminente da proposição.
- b) O controle judicial preventivo de proposição legislativa pode ser provocado por qualquer cidadão, desde que demonstrado interesse jurídico direto.
- c) O STF admite, como regra, o controle material preventivo de projetos de lei sempre que a proposição contrariar direito fundamental.
- d) A atuação das comissões legislativas de constituição e justiça impede qualquer controle judicial sobre atos praticados no processo legislativo.
- e) O parlamentar em exercício pode impetrar mandado de segurança para proteger o devido processo legislativo constitucional, sem que isso autorize controle material abstrato do projeto.

26. No que se refere à organização do Estado na CF/1988, assinale a alternativa correta.

- a) Os Estados podem instituir regiões metropolitanas por lei complementar estadual, com a finalidade de integrar funções públicas de interesse comum.
- b) A criação de municípios depende apenas de lei estadual, desde que precedida de consulta às populações diretamente interessadas.
- c) A União pode intervir diretamente em município situado em Estado-membro quando houver descumprimento de princípios constitucionais sensíveis.
- d) A competência legislativa concorrente autoriza os Estados a afastarem normas gerais federais quando houver interesse regional predominante.
- e) Os territórios federais integram os Estados em que estiverem localizados, submetendo-se à organização político-administrativa estadual.

27. Acerca da Advocacia Pública estadual, assinale a alternativa correta.

- a) Os procuradores dos Estados exercem representação judicial e consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- b) A Constituição estadual pode criar assessoria jurídica paralela, vinculada à PGE, para atuar na administração direta e indireta.
- c) O cargo efetivo de procurador do Estado pode ser provido por livre nomeação, quando houver previsão em lei complementar estadual.
- d) A Procuradoria-Geral do Estado possui autonomia funcional, administrativa e financeira equivalente à do Ministério Público estadual.
- e) As autarquias estaduais podem manter procuradorias próprias, desde que seus integrantes tenham sido aprovados em concurso público.

28. Acerca do regime constitucional dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- a) A estabilidade excepcional do ADCT transforma vínculo precário em cargo efetivo, se exercido por mais de cinco anos.
- b) Na acumulação constitucional de cargos, o teto remuneratório incide sobre o somatório das remunerações.
- c) A contratação temporária irregular gera direito ao FGTS, sem efetivação no serviço público.
- d) A avaliação especial de desempenho é dispensável se cumprido o prazo constitucional de estágio probatório.
- e) A isonomia autoriza equiparação judicial de vencimentos entre carreiras com atribuições semelhantes.

29. À luz da CF/1988 e da jurisprudência do STF sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- a) O Conselho Nacional de Justiça pode rever o conteúdo de decisão judicial, desde que haja repercussão administrativa relevante.
- b) A criação de órgão especial nos tribunais é obrigatória sempre que houver mais de onze julgadores em sua composição.
- c) A atividade correicional do CNJ afasta a competência disciplinar originária dos tribunais sobre seus magistrados.
- d) O CNJ integra o Poder Judiciário e exerce função jurisdicional quando controla atos administrativos dos tribunais.
- e) O controle do CNJ alcança atos administrativos do Judiciário, mas não substitui a atividade jurisdicional dos tribunais.

30. Acerca das finanças públicas na CF/1988, assinale a alternativa correta.

- a) A emissão de moeda pela União pode ser exercida por banco oficial autorizado em lei complementar.
- b) A abertura de crédito especial prescinde de autorização legislativa quando houver superávit financeiro.
- c) As despesas de pessoal dos entes federativos submetem-se a limites fixados por lei ordinária federal.
- d) A lei orçamentária anual pode conter autorização genérica para operações de crédito ilimitadas.
- e) Operações de crédito superiores às despesas de capital admitem exceção constitucional específica.

31. Acerca da proteção constitucional do meio ambiente, assinale a alternativa correta.

- a) A competência municipal ambiental depende de delegação legislativa da União ou do respectivo Estado.
- b) A proteção ambiental vincula o legislador, mas não autoriza controle judicial de omissões administrativas.
- c) A reparação civil por dano ambiental sujeita-se ao prazo prescricional aplicável à Fazenda Pública.
- d) O dever constitucional ambiental alcança o Poder Público e a coletividade, com dimensão intergeracional.
- e) O licenciamento ambiental válido afasta a responsabilidade civil por dano ecológico superveniente.

32. Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa correta.

- a) A quebra de sigilo bancário por CPI dispensa fundamentação individualizada quando aprovada pela maioria de seus membros.
- b) O compartilhamento de dados bancários pelo Fisco com o Ministério Público exige autorização judicial prévia.
- c) A requisição administrativa de bens particulares depende de indenização prévia, ainda que haja iminente perigo público.

d) O direito ao esquecimento é incompatível com a CF/1988, sem excluir responsabilização por abusos concretos.

e) A inviolabilidade de domicílio impede ingresso forçado em qualquer situação sem autorização judicial anterior.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

33. No âmbito do regime jurídico-administrativo, os princípios constitucionais que regem a Administração Pública têm sido objeto de crescente elaboração doutrinária e jurisprudencial. Considerando as disposições do art. 37 da Constituição Federal e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta acerca dos princípios administrativos.

- a) O princípio da legalidade administrativa, na sua formulação atual, exige da Administração apenas que não pratique atos proibidos pela lei, conferindo-lhe ampla liberdade de atuação nos espaços não regulados.
- b) O princípio da moralidade administrativa possui conteúdo exclusivamente ético, sendo sinônimo de honestidade, sendo cabível seu controle judicial apenas quando vinculado a ilegalidades, não de forma autônoma.
- c) O princípio da eficiência, inserido pela EC nº 19/1998, impõe à Administração a obrigação de alcançar os melhores resultados com a utilização otimizada dos recursos disponíveis, vinculando a atividade administrativa a parâmetros de desempenho e também impondo a racional estruturação do serviço público.
- d) O princípio da publicidade torna obrigatória a divulgação de todos os atos administrativos, ainda que resumidamente, na forma de extratos.
- e) O princípio da impessoalidade impede que a Administração adote, por meio de lei, critérios de preferência na contratação de bens e serviços, por implicar tratamento diferenciado entre os fornecedores

34. Acerca da organização da Administração Pública, especialmente quanto às formas de distribuição de competências, assinale a alternativa correta.

- a) Na desconcentração administrativa, há criação de nova pessoa jurídica dotada de personalidade própria, especializada no desempenho de determinada função pública.
- b) A descentralização por serviços, também chamada de funcional ou técnica, ocorre quando a lei cria ou autoriza a criação de entidade com personalidade jurídica própria para o desempenho de atividade pública especializada, transferindo-lhe a titularidade do serviço.
- c) A descentralização por colaboração ocorre mediante lei em sentido estrito, pela qual o Poder Público transfere a titularidade do serviço a particulares que o explorarão em nome próprio e por sua conta e risco.
- d) As autarquias resultam de processo de descentralização política, sendo estruturas jurídicas vinculadas hierarquicamente ao ente federativo que as criou.
- e) A tutela ou controle finalístico exercido pela Administração direta sobre as entidades da Administração indireta implica poder de avocação de competências

35. Sobre a extinção e a convalidação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) A revogação pode ser feita, tipicamente, tanto pela Administração quanto pelo Poder Judiciário.
- b) A anulação de ato administrativo pela Administração Pública prescinde de motivação, podendo ser feita de ofício, por ser decorrência do princípio da autotutela.
- c) A convalidação é vedada nos casos de vício de competência em razão da matéria e de vício de finalidade, podendo, no entanto, ser aplicada nos casos de vício de forma não essencial e de vício de competência em razão da pessoa.
- d) A Súmula 473 do STF consagra o princípio da autotutela administrativa, pela qual a

Administração pode anular os atos ilegais e revogar os atos inconvenientes, independentemente de pronunciamento judicial, gerando efeitos *ex nunc*.

- e) O prazo decadencial para a Administração anular atos administrativos que geraram efeitos favoráveis ao particular é de dez anos, contado da data da prática do ato, conforme o Código Civil

36. Sobre a classificação e o regime jurídico dos bens públicos, nos termos do Código Civil e da doutrina administrativista, assinale a alternativa correta.

- a) Os bens públicos de uso comum do povo, como praças e ruas, podem ser alienados livremente pelo Poder Público, desde que precedida de licitação na modalidade leilão, entre outros requisitos.
- b) Os bens dominicais são os únicos bens públicos que podem ser alienados, desde que observadas as exigências legais, como autorização legislativa e avaliação prévia.
- c) A afetação é o ato pelo qual o poder público retira o bem público de sua destinação específica, tornando-o disponível para alienação.
- d) A usucapião de bem público é admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro nas hipóteses de posse prolongada por particulares com *animus domini*, desde que superior a quinze anos.
- e) Os bens de uso especial, como prédios e terrenos utilizados por repartições públicas, diferenciam-se dos demais em razão de serem insuscetíveis de usucapião e impassíveis de serem objeto de execução forçada ou penhora

- 37.** Com base na teoria dos contratos administrativos e na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.
- a) A *exceptio non adimpleti contractus* é aplicável de forma irrestrita aos contratos administrativos, podendo o contratado suspender imediatamente a execução contratual quando a Administração atrasar o pagamento.
 - b) A cláusula de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos objetiva restabelecer a equação estabelecida pelas partes no momento da assinatura do contrato, protegendo o contratado de áleas extraordinárias e extracontratuais.
 - c) As cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos, embora legais, ofendem o princípio da isonomia, já que conferem prerrogativas unilaterais à Administração não previstas no direito privado, que regula os negócios jurídicos típicos.
 - d) A extinção unilateral do contrato administrativo pela Administração depende de ato escrito da Administração, sendo cabível quando presentes razões de interesse público ou no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.
 - e) A subcontratação total do objeto do contrato é admitida pela Lei nº 14.133/2021, desde que haja previsão no instrumento convocatório e autorização da Administração contratante.
- 38.** No tocante ao regime jurídico dos agentes públicos, assinale a alternativa correta.
- a) A responsabilidade civil do agente público perante terceiros é direta e subjetiva, podendo a vítima acionar tanto o Estado quanto o agente de forma solidária.
 - b) Os servidores em estágio probatório não gozam de qualquer garantia contra a exoneração, podendo ser demitidos sem motivação a qualquer tempo durante o período de três anos.
 - c) Servidores inativos fazem jus à percepção do auxílio-alimentação legalmente concedido aos servidores em exercício do cargo.
 - d) É cabível o reenquadramento, em novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, de servidor admitido sem concurso público antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, desde que beneficiado pela estabilidade excepcional do artigo 19 do ADCT.
 - e) A suspensão dos direitos políticos não impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, desde que não incompatível com a infração penal praticada, sendo que o início do efetivo exercício do cargo ficará condicionado ao regime da pena ou à decisão judicial do juízo de execuções, que analisará a compatibilidade de horários.
- 39.** Com base na Lei nº 8.429/1992, com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, assinale a alternativa correta acerca da improbidade administrativa.
- a) A ação de improbidade administrativa tem legitimidade ativa concorrente entre o Ministério Público e qualquer cidadão, mediante ação popular.
 - b) Os atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública, tipificados no art. 11 da Lei nº 8.429/1992, ainda que dolosos, somente acarretam a pena de multa civil, não mais sendo cabível a perda da função pública.
 - c) A Lei nº 14.230/2021 permite a responsabilização do particular que, não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato ímprobo, desde que seja pessoa física.
 - d) Nos termos da Lei nº 14.230/2021, para a configuração dos atos de improbidade é indispensável a demonstração do dolo específico do agente, não sendo suficiente a mera voluntariedade da conduta ou o dolo genérico.
 - e) A celebração de acordo de não persecução cível (ANPC) nas ações de improbidade é cabível apenas nos atos de menor ofensa, por representar, nos demais casos, concessão indevida ao agente público, incompatível com o princípio da indisponibilidade do interesse público.

40. Acerca da responsabilidade civil extracontratual do Estado, com base na CF/88 e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade do Estado por atos omissivos é sempre objetiva, equiparando-se à responsabilidade por atos comissivos, não havendo distinção quanto ao fundamento constitucional aplicável.
- b) O Estado não responde pelos danos causados por atos legislativos, pois a lei é expressão da soberania popular, sendo imune à responsabilização patrimonial do Poder Público.
- c) A vítima de dano causado por agente público nessa qualidade deve, como regra, ajuizar a ação de reparação diretamente contra o Estado, não sendo obrigada a incluir o agente no polo passivo da demanda.
- d) A teoria do risco integral, que não admite excludentes de causalidade, é a teoria geral da responsabilidade do Estado no Brasil, sendo a regra geral para as atividades estatais.
- e) A denúncia da lide ao agente público é obrigatória para que o Estado possa exercer o direito de regresso, sendo a omissão dessa providência causa de extinção do direito regressivo

41. Acerca do controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) O controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União abrange somente os órgãos da Administração Federal direta, não alcançando as entidades da Administração Indireta nem os particulares que recebam recursos públicos.
- b) O controle judicial da Administração Pública limita-se ao exame da legalidade dos atos administrativos, sendo vedada ao Judiciário a apreciação do mérito administrativo, mesmo quando os atos violarem os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
- c) O controle administrativo, que pode ser exercido por qualquer dos Poderes, deriva do princípio da autotutela, permitindo a revogação dos atos

inconvenientes ou inoportunos e a anulação daqueles que se afigurarem contrários à lei.

- d) O controle parlamentar da Administração Pública, exercido pelo Poder Legislativo, abrange somente os atos de gestão financeira e orçamentária, não podendo o Legislativo investigar atos de natureza administrativa em geral.
- e) O controle interno da Administração Pública é incompatível com o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas, devendo a Administração de cada ente federativo optar entre os dois sistemas

42. Assinale a alternativa que contém hipótese de licitação dispensável prevista na Lei 14.133/2021:

- a) contratação em que houver transferência de tecnologia de produto tático para o Sistema Único de Saúde (SUS), conforme elencados em ato da direção estadual do SUS.
- b) contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.
- c) contratação de associação de pessoas reabilitadas pela Previdência Social, de comprovada idoneidade e finalidade lucrativa, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- d) contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de cisternas, a fim de beneficiar as famílias de renda média atingidas pela falta intermitente de água.
- e) contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação do Programa Cozinha Solidária, que tem como finalidade fornecer alimentação de baixo custo à população em situação de vulnerabilidade e risco social, exceto a população em situação de rua, com vistas à promoção de políticas de segurança alimentar e nutricional e de assistência social e à efetivação de direitos sociais, dignidade humana, resgate social e melhoria da qualidade de vida.

43. Considerando o procedimento auxiliar de registro de preços, previsto na nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021), é INCORRETO afirmar que:

- a) Em regra, é permitida a participação de um órgão público em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado.
- b) O edital de licitação para registro de preços deverá estabelecer o critério de julgamento da licitação, que será ou o de menor preço ou o de maior desconto, desde que seja sob a modalidade pregão ou concorrência.
- c) É vedada aos órgãos da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão estadual ou municipal.
- d) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, embora o contrato decorrente da ata possa ter vigência distinta.
- e) A existência de preços registrados implicará, para o fornecedor, compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

44. A respeito das modalidades licitatórias, assinale a alternativa que encontra-se de acordo com a Lei 14.133/2021:

- a) A concorrência viabiliza a contratação de objetos de elevada materialidade, razão pela qual deve ser conduzida por comissão de contratação.
- b) São modalidades de licitação a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão.
- c) O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza intelectual ou de serviços de engenharia, comuns ou especiais.
- d) Se a administração optar por contratar leiloeiro profissional para realizar um leilão, a contratação

do leiloeiro poderá ser realizada por dispensa de licitação.

- e) Caso não seja possível à Administração definir, com precisão suficiente, as especificações técnicas do objeto a ser licitado, torna-se possível a adoção do diálogo competitivo.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

45. Uma lei federal foi oficialmente publicada para disciplinar determinada matéria de Direito Civil, estabelecendo período de vacância de sessenta dias. Antes de sua entrada em vigor, o texto foi republicado para correção de erro material relevante em um de seus dispositivos. Considerando as regras sobre vigência, aplicação e obrigatoriedade das leis, assinale a alternativa correta.

- a) A lei entra em vigor no sexagésimo dia contado da publicação original, pois a correção posterior não interfere no prazo de vacância.
- b) A nova publicação destinada à correção faz reiniciar o prazo de vacância quanto aos dispositivos corrigidos antes da vigência da lei.
- c) A lei corrigida somente terá aplicação após quarenta e cinco dias, ainda que tenha previsto expressamente prazo próprio de vacância.
- d) A correção feita antes da vigência impede a validade da lei, exigindo nova tramitação legislativa integral para produção de efeitos.
- e) A obrigatoriedade da lei depende de prova de conhecimento efetivo pelos destinatários, especialmente em normas de grande repercussão.

46. A desconsideração da personalidade jurídica poderá ocorrer

- a) pela simples inexistência de bens penhoráveis em nome da pessoa jurídica devedora.
- b) pela formação de grupo econômico, ainda que ausente abuso da personalidade jurídica.
- c) pelo encerramento irregular da sociedade, independentemente de confusão patrimonial.
- d) pelo abuso da personalidade jurídica, caracterizado por desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- e) pela inadimplência da sociedade, ainda que não demonstrada atuação abusiva dos sócios, caracterizado por desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

47. Consideram-se bens móveis para os efeitos legais

- a) o direito à sucessão aberta, ainda que o acervo seja composto apenas por bens móveis.
- b) os direitos reais sobre imóveis e as ações destinadas a assegurar esses mesmos direitos.
- c) as energias que tenham valor econômico.
- d) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- e) as edificações removidas para outro local, desde que conservem a sua unidade.

48. A condição aposta a negócio jurídico

- a) subordina sua eficácia a evento futuro e incerto, quando decorrer da vontade das partes.
- b) considera-se inexistente se for fisicamente impossível, ainda que suspensiva e essencial ao negócio.
- c) equivale ao termo inicial quando vincular os efeitos do negócio a evento futuro e certo.
- d) impede, quando suspensiva, a prática de atos destinados à conservação do direito eventual.
- e) torna anulável o negócio quando for ilícita, incompreensível ou puramente potestativa.

49. A prescrição

- a) não pode ser reconhecida de ofício pelo juiz quando envolver direito patrimonial disponível.
- b) pode ter seus prazos alterados por acordo das partes, desde que antes de consumada.
- c) suspende-se pelo protesto cambial, ainda que a pretensão não decorra de título de crédito.
- d) interrompe-se quantas vezes forem necessárias, desde que haja ato inequívoco do credor.
- e) pode ser renunciada depois de consumada, desde que não haja prejuízo a terceiro.

50. Quanto à disciplina jurídica dos bens, assinale a alternativa correta.

- a) Os frutos e produtos somente podem ser negociados após a separação física do bem principal.
- b) As benfeitorias úteis são aquelas indispensáveis à conservação do bem ou à prevenção de deterioração.
- c) Os acréscimos naturais ao bem, ainda que sem atuação humana, são classificados como benfeitorias.
- d) Os negócios jurídicos relativos ao bem principal sempre alcançam as pertenças a ele vinculadas.
- e) As pertenças são bens não integrantes destinados ao uso, serviço ou aformoseamento de outro.

51. No que se refere à divisibilidade e indivisibilidade das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) Quando a prestação for indivisível e houver pluralidade de devedores, cada devedor responderá somente pela fração correspondente à sua quota.
- b) A indivisibilidade da obrigação decorre exclusivamente da natureza da coisa ou do fato, quando a prestação não admitir divisão material.
- c) A remissão concedida por um dos credores extingue integralmente a obrigação indivisível também em relação aos demais credores.
- d) Se apenas um dos credores receber a prestação inteira, os demais poderão exigir dele, em dinheiro, a parte que lhes couber.
- e) Na pluralidade de credores, o devedor se libera pagando a qualquer deles, ainda que sem caução de ratificação dos demais.

52. A respeito da evicção, assinale a alternativa incorreta

- a) A responsabilidade do alienante pela evicção incide nos contratos onerosos, subsistindo ainda que a aquisição do bem tenha ocorrido em hasta pública.
- b) A garantia contra evicção admite disciplina convencional expressa, podendo ser reforçada, reduzida ou excluída pelas partes contratantes.
- c) O adquirente poderá exercer a pretensão evictória ainda que, ao tempo da aquisição, tivesse ciência de que a coisa era alheia ou litigiosa.
- d) A exclusão convencional da garantia não impede a restituição do preço ao evicto, se ele desconhecia o risco ou, informado dele, não o assumiu.
- e) As vantagens obtidas pelo adquirente com deteriorações não indenizadas devem ser abatidas do montante devido pelo alienante.

53. A respeito da compra e venda, assinale a alternativa correta

- a) A venda de ascendente a descendente é nula se ausente o consentimento dos demais descendentes e do cônjuge do alienante.
- b) Na venda ad mensuram, faltando área, o comprador pode exigir complemento; se inviável, resolução ou abatimento.
- c) O condômino pode vender parte indivisa a estranho, ainda que outro consorte queira adquiri-la pelo mesmo preço.
- d) A retrovenda pode recair sobre bens móveis ou imóveis, desde que pactuada por prazo máximo de cinco anos.
- e) Na venda por amostra, prevalece a coisa entregue, ainda que não corresponda exatamente ao modelo exibido.

54. A respeito da responsabilidade civil por dano extrapatrimonial, assinale a alternativa correta.

- a) A pessoa jurídica de direito público pode sofrer dano moral, se comprovado efetivo prejuízo à sua honra objetiva institucional.
- b) A pessoa jurídica de direito privado sempre sofre dano moral presumido quando houver fato ofensivo à sua imagem comercial.
- c) A responsabilidade por atividade de risco dispensa onexo causal, pois decorre da simples exploração econômica da atividade.
- d) O dano moral coletivo exige prova de sofrimento psíquico individual por parte de todos os integrantes do grupo lesado.
- e) A perda de uma chance autoriza indenização integral do resultado final frustrado sempre que houver probabilidade favorável.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

55. A respeito da advocacia pública no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com culpa ou dolo no exercício de suas funções
- b) Aplica-se o benefício da contagem de prazo em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.
- c) A intimação pessoal far-se-á exclusivamente por meio de carga.
- d) Os Estados e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.
- e) O início do prazo para manifestação processual da advocacia pública inicia-se com a publicação do ato no Diário de Justiça Eletrônico.

56. A empresa X ajuizou ação de execução de título extrajudicial em desfavor do Estado do Rio Grande do Norte, por suposto inadimplemento oriundo de contrato administrativo. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) Por se submeter ao regime de precatórios e RPV, não é possível o ajuizamento de execução de título extrajudicial em face da fazenda pública.
- b) O Estado do Rio Grande do Norte deverá ser citado para pagamento em até 30 (trinta) dias.
- c) Não opostos embargos ou transitada em julgado a decisão que os rejeitar, será determinada a penhora online de contas públicas.
- d) a Fazenda Pública será citada para apresentar contestação
- e) A Fazenda Pública será citada para opor embargos em 30 (trinta) dias.

57. A respeito da ordem dos processos no tribunal, assinale a alternativa correta.

- a) O procurador que desejar proferir sustentação oral poderá requerer, até o início da sessão, que o processo seja julgado em primeiro lugar, sem prejuízo das preferências legais.
- b) O agravo de instrumento será julgado depois da apelação interposta no mesmo processo.
- c) É vedada a sustentação oral por meio de videoconferência.
- d) Antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 15 (quinze) dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível.
- e) Ainda que o relator seja vencido no processo caberá a ele redigir o acórdão.

58. O Estado do Rio Grande do Norte ajuizou ação de indenização por danos materiais em face de Caio, suposto causador de acidente que danificou viatura da polícia militar. O juízo determinou a citação do réu, que não foi encontrado no endereço constante do boletim de ocorrência. Considerando as disposições do CPC e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é correto afirmar que:

- a) Admite-se a imediata citação por edital de Caio, por estar em local incerto e não sabido.
- b) Antes da citação por edital, é necessário o esgotamento de todos os meios extrajudiciais ou a expedição de ofícios a empresas privadas de serviços públicos.
- c) É desnecessária a busca por meio dos sistemas informatizados de pesquisa à disposição do Juízo antes da citação por edital de Caio.
- d) A expedição de ofícios a cadastros de órgãos públicos ou a concessionárias de serviços públicos não é requisito obrigatório para a validade da citação por edital.
- e) Não se admite citação por edital em processos nos quais a Fazenda Pública seja autora.

59. A respeito das provas no direito processual civil, observada a jurisprudência do STJ e o Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

- a) A perícia elaborada por perito médico não especialista na área de conhecimento da perícia acarreta necessariamente a nulidade do laudo pericial.
- b) As telas e os extratos de sistemas eletrônicos utilizados pela Administração Pública constituem prova digital válida no processo judicial e gozam de presunção relativa de veracidade.
- c) O juízo deprecado é o competente para a degravação de depoimento colhido por carta precatória.
- d) A inversão do ônus probatório leva consigo o custeio da carga invertida, como dever, e não como simples faculdade.
- e) É vedada a utilização de prova emprestada no processo civil.

60. A respeito da reclamação e sua previsão no Código de Processo Civil, assinala a alternativa correta.

- a) A reclamação pode ser proposta perante qualquer tribunal ou juiz.
- b) O presidente do tribunal determinará o cumprimento da decisão após a lavratura do acórdão.
- c) Qualquer interessado poderá impugnar o pedido do reclamante.
- d) Admite-se reclamação proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada.
- e) A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado prejudica a reclamação.

61. De acordo com o Código de Processo Civil, as despesas dos atos processuais praticados a requerimento da Fazenda Pública

- a) serão pagas imediatamente pela parte contrária.
- b) serão pagas imediatamente pela Fazenda Pública
- c) serão pagas ao final pelo vencido.
- d) serão pagas ao final pela Fazenda Pública.
- e) não necessitam de pagamento.

62. De acordo com o Código de Processo Civil, a incompetência relativa

- a) Não pode ser alegada pelo Ministério Público.
- b) Será alegada como questão preliminar de contestação.
- c) Pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição.
- d) Deve ser reconhecida de ofício.
- e) Será alegada em exceção apartada dos autos principais.

63. A respeito dos recursos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A apelação, como regra, não terá efeito suspensivo.
- b) Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação não devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.
- c) Não caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas no processo de inventário.
- d) Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado.
- e) Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e não interrompem o prazo para a interposição de recurso.

- 64.** Na ação que tenha por objeto a emissão de declaração de vontade, a sentença que julgar procedente o pedido,
- a) uma vez transitada em julgado, produzirá todos os efeitos da declaração não emitida.
 - b) independentemente de trânsito em julgado, determinará que o réu declare a vontade.
 - c) independentemente de trânsito em julgado, produzirá todos os efeitos da declaração não emitida.
 - d) uma vez transitada em julgado, determinará que o réu declare a vontade.
 - e) não permite a cumulação com pedido de danos morais e materiais.

DIREITO AMBIENTAL

André Rocha

- 65.** Um município editou lei que incrementou as exigências ambientais para a instalação de novos postos de combustíveis em seu território, invocando o princípio da proibição de retrocesso ambiental para justificar a medida, uma vez que legislação estadual anterior havia estabelecido requisitos menos rigorosos para o licenciamento dessas atividades.

Com base nos princípios do direito ambiental e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- a) A lei municipal é inconstitucional, pois a competência para legislar sobre atividades potencialmente poluidoras é privativa da União.
- b) A lei municipal é válida, pois o princípio da proibição de retrocesso ambiental impede que qualquer ente federativo reduza padrões protetivos já estabelecidos, e sua invocação pelo município é legítima mesmo para vedar atividades licenciadas em esfera superior.
- c) O princípio da proibição de retrocesso ambiental veda exclusivamente o retrocesso legislativo promovido pelo mesmo ente que editou a norma

protetiva, sendo inaplicável para justificar restrições impostas por entes de menor hierarquia normativa.

- d) O princípio invocado pelo município aplica-se apenas às normas constitucionais de proteção ambiental, não alcançando a legislação infraconstitucional estadual ou municipal.
- e) A proibição de retrocesso ambiental, conforme entendimento do STF, impede a redução dos níveis de proteção ambiental por qualquer ente federativo, sendo plenamente válida a lei municipal que, no exercício de competência suplementar, eleva os padrões de proteção em relação à norma estadual.

- 66.** Acerca da repartição de competências em matéria ambiental, conforme a Constituição Federal de 1988 e a Lei Complementar n.º 140/2011, assinale a opção correta.

- a) A competência para legislar sobre proteção ao meio ambiente é privativa da União, cabendo aos estados e municípios apenas suplementar as normas federais no que couber.
- b) A competência administrativa para fiscalizar atividades potencialmente poluidoras é exclusiva do ente federativo responsável pelo licenciamento da atividade.
- c) Nos termos da Lei Complementar n.º 140/2011, o ente federativo que tiver procedido ao licenciamento ambiental de determinada atividade é o competente para lavrar auto de infração e instaurar processo administrativo por infração à legislação ambiental, sem prejuízo da atuação supletiva dos demais entes.
- d) A competência legislativa concorrente em matéria ambiental autoriza os municípios a legislarem sobre florestas, caça, pesca e fauna, desde que as normas municipais não contrariem a legislação federal.
- e) Os municípios possuem competência legislativa concorrente em matéria ambiental, podendo inovar na ordem jurídica para estabelecer padrões mais restritivos do que os fixados pela União, independentemente de norma estadual de mesma natureza.

67. Acerca do licenciamento ambiental, nos termos da Resolução Conama n.º 237/1997 e da LC n.º 140/2011, assinale a opção correta.

- a) A licença de instalação autoriza o início do funcionamento do empreendimento após a verificação do cumprimento das condicionantes estabelecidas na licença prévia.
- b) A licença prévia não vincula o poder público à aprovação das licenças subsequentes, mas estabelece os requisitos básicos e condicionantes que deverão ser atendidos nas fases de instalação e operação.
- c) A renovação da licença de operação deve ser requerida com antecedência mínima de cento e vinte dias antes do término de sua validade, período durante o qual ela é automaticamente prorrogada por prazo indeterminado.
- d) O estudo de impacto ambiental, quando exigido, deve ser elaborado exclusivamente por equipe técnica do próprio órgão ambiental licenciador, vedada a sua contratação por conta e risco do empreendedor.
- e) É vedado ao órgão ambiental estabelecer prazo de validade diferenciado para cada modalidade de licença, devendo todas ter prazo uniforme.

68. Com base na Lei n.º 6.938/1981 e na jurisprudência do STJ sobre responsabilidade por dano ambiental, julgue os itens a seguir.

- I. A responsabilidade civil por dano ambiental, prevista na PNMA, é objetiva e solidária, dispensando a comprovação de culpa do agente, mas exigindo a demonstração do nexo causal entre a conduta e o dano.
- II. O adquirente de imóvel rural que não tenha praticado o desmatamento ilegal responde solidariamente pela reparação do dano ambiental, pois as obrigações de preservação e recuperação do meio ambiente têm natureza propter rem.
- III. A responsabilidade administrativa pelo dano ambiental é subsidiária em relação à responsabilidade civil, de modo que a multa

somente poderá ser aplicada após o ajuizamento da ação de reparação de danos.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

69. Com base na Lei n.º 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), assinale a opção correta no que se refere à criação e modificação de unidades de conservação.

- a) A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação somente pode ser feita mediante lei específica, vedada a utilização de decreto ou ato normativo de hierarquia inferior.
- b) A criação de unidades de conservação de proteção integral dispensa a realização de consulta pública, que é exigida para as unidades de uso sustentável que afetem populações tradicionais.
- c) A ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos limites originais, pode ser realizada por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do ato que a criou, dispensando consulta pública.
- d) A conversão de unidade de conservação de uso sustentável em unidade de proteção integral, por representar elevação do nível de proteção ambiental, pode ser realizada por decreto do Poder Executivo, sem necessidade de lei específica.
- e) A criação de unidade de conservação pelo poder público municipal independe de estudos técnicos e consulta pública, pois a SNUC restringe tais requisitos à União e aos estados.

70. Acerca das disposições da Lei n.º 9.605/1998 sobre a responsabilidade penal e administrativa da pessoa jurídica, assinale a opção correta.

- a) A pessoa jurídica somente pode ser responsabilizada penalmente se houver condenação simultânea da pessoa física que agiu em seu nome ou benefício, aplicando-se, portanto, o sistema da dupla imputação obrigatória.
- b) A desconsideração da personalidade jurídica em matéria ambiental somente é admitida quando a pessoa jurídica for constituída ou utilizada com o fim específico de praticar crime ambiental, exigindo-se a comprovação de fraude ou abuso de direito.
- c) As penas restritivas de direito aplicáveis às pessoas jurídicas não podem ser cumuladas com a pena de multa, por vedação expressa da Lei n.º 9.605/1998.
- d) A responsabilidade penal da pessoa jurídica por crime ambiental prescinde da condenação ou mesmo da identificação da pessoa física responsável pela decisão, desde que o crime tenha sido praticado por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da entidade.
- e) A pena de suspensão parcial ou total das atividades da pessoa jurídica somente pode ser aplicada cumulativamente com a pena privativa de liberdade imposta às pessoas físicas que integram o seu quadro diretivo.

71. Considerando as disposições do Código Florestal sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA), assinale a opção correta.

- a) A inscrição no CAR é facultativa para os imóveis rurais com área superior a quatro módulos fiscais, tornando-se obrigatória apenas para os imóveis de menor dimensão, em razão de sua vulnerabilidade socioeconômica.
- b) A adesão ao PRA pelo proprietário rural implica a extinção da punibilidade das multas decorrentes de infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008.
- c) As infrações cometidas após 22 de julho de 2008 também são passíveis de regularização pelo PRA,

desde que o proprietário apresente projeto técnico de recuperação aprovado pelo órgão ambiental competente.

- d) A assinatura do termo de compromisso no âmbito do PRA suspende a punibilidade dos crimes previstos nos arts. 38, 39 e 48 da Lei n.º 9.605/1998, praticados antes de 22 de julho de 2008, relativos à supressão irregular de vegetação em áreas de preservação permanente e de Reserva Legal.
- e) A inscrição no CAR gera presunção de regularidade ambiental do imóvel rural, eximindo o proprietário de responsabilidade por danos ambientais preexistentes à data do cadastro.

72. Acerca da fiscalização e do controle das concessões florestais, nos termos da Lei n.º 11.284/2006, assinale a opção correta.

- a) A fiscalização das concessões florestais federais compete ao Serviço Florestal Brasileiro, sendo vedada a participação de outros órgãos.
- b) O poder concedente poderá declarar a extinção da concessão florestal por encampação, caducidade, rescisão, anulação ou falência do concessionário, hipóteses em que haverá indenização prévia ao concessionário pelos investimentos ainda não amortizados.
- c) A extinção da concessão florestal pode ser declarada pelo poder concedente quando o concessionário descumprir cláusulas contratuais, sendo exigida prévia notificação e concessão de prazo para regularização.
- d) O relatório de auditoria florestal, instrumento de controle previsto na Lei n.º 11.284/2006, é elaborado pelo próprio concessionário e encaminhado ao órgão gestor, dispensada a auditoria independente por terceiro.
- e) A extinção da concessão florestal antes do prazo contratual, por iniciativa do poder concedente, gera ao concessionário o direito à indenização pelos lucros cessantes, calculados com base na projeção das receitas para o período remanescente do contrato.

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fábio Dutra*

73. Sobre a inscrição em dívida ativa e as certidões dela decorrentes, nos termos do Código Tributário Nacional, analise os itens a seguir:

- I. O termo de inscrição da dívida ativa deve conter, entre outros elementos, a origem e natureza do crédito, com menção da disposição legal em que se funda.
- II. A presunção de certeza e liquidez da dívida regularmente inscrita tem caráter absoluto, não admitindo prova em contrário por parte do sujeito passivo.
- III. A nulidade decorrente de omissão de requisito no termo de inscrição pode ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo o prazo para defesa quanto à parte modificada.

Está correto o que se afirma em:

- a) II e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I, apenas.
- e) I e III, apenas

74. Sobre as diferenças entre obrigação tributária principal e obrigação tributária acessória, conforme o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) A obrigação acessória tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária, constituindo o núcleo da relação jurídico-tributária.
- b) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- c) O fato gerador da obrigação principal é sempre idêntico ao da obrigação acessória, pois ambas emergem da mesma situação fática ou jurídica tributada.

d) A obrigação acessória depende de previsão na lei, não podendo ser criada por ato administrativo infralegal.

e) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, mas não se extingue com o crédito dela decorrente, subsistindo como dever autônomo do contribuinte

75. A empresa Alfa Ltda. efetuou, em março de 2026, o pagamento espontâneo de crédito tributário cujo prazo prescricional já havia se esgotado. Diante dessa situação, à luz do Código Tributário Nacional e da jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta:

a) O pagamento é válido e irrepelível, pois a prescrição tributária, assim como no direito civil, converte a obrigação em dívida natural, impedindo a restituição.

b) A empresa tem direito à restituição do valor pago, uma vez que a prescrição, no direito tributário, extingue o próprio crédito tributário, tornando indevido qualquer pagamento realizado após seu implemento.

c) A empresa somente teria direito à restituição caso comprovasse ter sido induzida a erro pelo Fisco no momento do pagamento.

d) A prescrição suspende a exigibilidade do crédito tributário, mas não o extingue, de modo que o pagamento realizado após o prazo prescricional é válido e a Fazenda Pública pode retê-lo legitimamente.

e) O prazo para a empresa pleitear a restituição do valor pago é de dois anos, contados da data do pagamento indevido, nos termos do art. 169 do CTN

76. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sobre a imunidade tributária prevista no art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, em relação a instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os requisitos para fruição da imunidade das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos devem ser estabelecidos por lei complementar, não sendo suficiente lei ordinária para tanto.
- b) A imunidade assegurada alcança o IOF incidente sobre as aplicações financeiras realizadas pelas instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.
- c) Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a instituição de educação sem fins lucrativos, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais a entidade foi constituída.
- d) A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos alcança as entidades fechadas de previdência social privada independentemente de haver ou não contribuição dos beneficiários.
- e) A imunidade pode alcançar impostos indiretos, desde que as entidades imunes figurem como contribuintes de direito

77. Sobre a competência tributária e a capacidade tributária ativa, nos termos do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- a) A competência tributária é indelegável, não podendo ser transferida por um ente federativo a outro, ainda que por lei.
- b) A atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos a outra pessoa jurídica de direito público não configura delegação de competência tributária.
- c) O não exercício da competência tributária por determinado ente federativo implica sua

transferência ao ente imediatamente superior na hierarquia federativa.

- d) A delegação de atribuições de arrecadação e fiscalização pode ser revogada a qualquer tempo pelo ente delegante.
- e) A competência para instituir tributos não pode ser cometida, sob nenhuma forma, a pessoas jurídicas de direito privado

78. Sobre o princípio da legalidade tributária previsto no art. 150, I, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A simples atualização monetária da base de cálculo do tributo, por refletir modificação de elemento quantitativo essencial, equipara-se à majoração de tributo para todos os fins, inclusive para exigência de lei em sentido estrito.
- b) A exigência ou o aumento de tributo dependem, em qualquer hipótese, de lei em sentido formal emanada exclusivamente do Poder Legislativo, sendo vedada ao Poder Executivo qualquer interferência, ainda que em casos expressamente previstos na Constituição.
- c) Nos termos do CTN e da jurisprudência do STF, a alteração de prazo de recolhimento de obrigação tributária constitui majoração indireta de tributo, sujeitando-se ao princípio da anterioridade.
- d) A cominação de penalidades tributárias depende de previsão em lei, não podendo ser fixada originariamente por decreto regulamentar.
- e) A exigência de tributo pode ser feita por decreto do Poder Executivo quando houver urgência fiscal devidamente declarada pelo Presidente da República

79. Sobre as hipóteses de lançamento e revisão de ofício previstas no art. 149 do CTN, analise os itens a seguir:

- I. O lançamento pode ser efetuado de ofício quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração, deixe de atender a pedido de esclarecimento da autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo da autoridade.
- II. Quando se comprove que o sujeito passivo agiu com dolo, fraude ou simulação, o lançamento somente pode ser revisto de ofício desde que também haja erro na declaração originalmente prestada.
- III. A revisão de ofício é cabível quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior, independentemente de manifestação do sujeito passivo.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.
- e) I e III, apenas.

80. Analise as seguintes afirmações sobre espécies tributárias:

- I. A natureza jurídica específica do tributo é determinada, entre outros fatores, pela denominação que lhe é atribuída pela lei instituidora e pela destinação legal do produto de sua arrecadação.
- II. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação vinculada a uma atividade estatal específica direcionada ao contribuinte.
- III. As taxas não podem ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) III, apenas.
- e) I e II, apenas.

Questão Discursiva 1

Texto Motivador:

A Constituição Federal de 1988 instaurou um sistema normativo centrado na proteção da dignidade da pessoa humana. Contudo, a efetivação dos preceitos constitucionais impõe constantes desafios à doutrina e à jurisprudência, especialmente porque os direitos garantidos aos indivíduos não se aplicam de modo ilimitado. As relações travadas no cotidiano exigem que os operadores do direito interpretem e apliquem as normas de maneira a harmonizar bens jurídicos em conflito, seja no embate entre o cidadão e o Estado, seja nas lides em que figuram agentes privados em igualdade ou assimetria de forças.

Comando da Questão:

Na condição de analista Jurídico especialista em Direito Constitucional, redija um texto dissertativo acerca da Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. O seu texto deve, obrigatoriamente, abordar os três tópicos a seguir:

1. A teoria dos "status" de Georg Jellinek na relação entre indivíduo e Estado.
2. A característica da relatividade dos direitos fundamentais e a aplicação da teoria dos "limites dos limites".
3. A incidência da teoria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursiva 2

Texto Motivador:

As atividades econômicas globais e o progresso da humanidade demandam constante e intenso consumo de recursos naturais. Contudo, a proteção da natureza revela-se pressuposto essencial para a manutenção da sadia qualidade de vida. Nesse contexto, o ordenamento jurídico pátrio afasta a concepção de um avanço a qualquer custo, ao erigir fundamentos que direcionam a ação do Estado e da sociedade civil. O desafio contemporâneo reside em conciliar a exploração de bens e serviços com a preservação do planeta, intento que encontra na aplicação de vetores axiológicos específicos o seu principal norte de orientação.

Comando da Questão:

Na condição de especialista, redija um texto dissertativo acerca dos Princípios do Direito Ambiental. O seu texto deve, obrigatoriamente, abordar os três tópicos a seguir:

1. A relação entre o princípio do desenvolvimento sustentável e as vertentes da solidariedade intergeracional e intrageracional.
2. A distinção conceitual entre os princípios da prevenção e da precaução, com foco em seus efeitos no ônus da prova.
3. O alcance do princípio do poluidor-pagador na internalização das externalidades negativas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
